



Boletim Informativo

**Núcleo de Defesa dos Direitos
Humanos**

Março/2022



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NUDDH

NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

APRESENTAÇÃO

Encaminhamos a edição do mês de março de 2022 do nosso Boletim Informativo, no qual constam notícias e novidades legislativas recentes em matéria de direitos humanos, as quais podem auxiliar no nosso trabalho.

Aproveitamos para nos colocar à disposição para apoio e intercâmbio de informações.

Boa leitura.

*Cristiane Chitolina Friedrich
Dirigente do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH)*

SUMÁRIO

4 NOVIDADES LEGISLATIVAS

5 NOTÍCIAS

8 ATUAÇÃO EM DIREITOS

HUMANOS

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Decreto nº 11.012/2022:

Altera o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, para dispor sobre a composição do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

[Leia +](#)

NOTÍCIAS

Situação degradante basta para tipificar crime de trabalho análogo à escravidão.

[Leia +](#)

Confederação Israelita do Brasil (Conib) promove seminário sobre discurso de ódio e banalização do Holocausto.

[Leia +](#)

Juiz rechaça desconhecimento da lei e condena argelino por apologia ao nazismo.

[Leia +](#)

347ª Sessão do CNJ lançará o pacto do Judiciário pelos direitos humanos.

[Leia +](#)

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) apresentou proposta de recomendação para que os ramos e unidades do Ministério Público brasileiro observem os tratados, as convenções, os protocolos internacionais de direitos humanos e a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), quando isso for adequado e conveniente.

A proposta também prevê a priorização de atuação judicial e extrajudicial a fim de garantir a reparação material e imaterial das vítimas de violações a direitos humanos, bem como o cumprimento das demais obrigações determinadas pela Corte IDH ao Estado brasileiro, especialmente quanto às medidas provisórias.

[Leia +](#)

Evento discute empoderamento econômico de refugiadas e migrantes no Brasil.

Leia +

No Dia da Zero Discriminação – marcado todos os anos no dia 1º de março –, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) destacou a necessidade urgente de agir contra as leis discriminatórias.

Leia +

A OIM, Agência da ONU para as Migrações, publicou quatro guias para auxiliar a integração econômica e social de jovens migrantes no Brasil.

Leia +

Conselho de Direitos Humanos da ONU cria comissão para investigar violações na Ucrânia.

Leia +

Alta-comissária da ONU apresenta atualização sobre direitos humanos no mundo.

Leia +

Relatores da ONU alertam para tráfico de pessoas, exploração e discriminação de minorias na Ucrânia.

Leia +

Aplicativo Escritório Social Virtual (ESVirtual) ajuda egressos a retomar a vida em sociedade, ampliando o acesso a serviços e informações úteis. Após atualização recente, cursos e localização de serviços, que já estavam no aplicativo, passaram a reunir também informações sobre Conselhos da Comunidade, cultura e equipamentos públicos voltados para mulheres, pessoas LGBTQIA+ e idosos. A ferramenta é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, no âmbito do programa Fazendo Justiça, resultante da parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Leia +

Concurso internacional destaca trabalho de artistas minoritários que abordam assuntos relacionados à apatridia através de suas obras de arte. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e a ONG Freemuse.

Leia +

Refugiados participarão do carnaval da Sapucaí para reforçar mensagens de inclusão e diversidade. Parceria entre Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e o Acadêmicos do Salgueiro promoverá a participação de refugiados no desfile de carnaval da Sapucaí sob as bandeiras do acolhimento, integração e resistência de minorias.

Leia +

Defensoria desafia norma da ditadura e recorre de decisão que absolveu PMs de estupro.

Leia +

Record TV é multada após apresentador pedir ao vivo para que polícia atirasse contra suspeitos.

Leia +

Apenas 2% das prisões em flagrante em SP tiveram perícia para avaliar possível violência policial em março de 2021, diz Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Leia +

ATUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

DPE/RS PRESTA INFORMAÇÕES À COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS SOBRE A CADEIA PÚBLICA DE PORTO ALEGRE

No dia 09/03/2022, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) realizou uma inspeção na Cadeia Pública de Porto Alegre, com o objetivo de prestar informações atualizadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). Em dezembro de 2013, a CIDH solicitou ao Estado brasileiro, entre outras coisas, que adotasse as medidas necessárias para salvaguardar a vida e a integridade pessoal dos reclusos do então Presídio Central de Porto Alegre. Passados mais de oito anos, a comissão solicitou recentemente à DPE/RS que informasse sobre as condições atuais da casa prisional.

Leia +

DPE/RS E PREFEITURA DE POA DETALHAM ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA MELHORAR ASSISTÊNCIA JURÍDICA À POPULAÇÃO DE RUA EM CENTROS POP

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) se reuniu, no dia 16/03, com a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social (SMDS) de Porto Alegre para discutir e detalhar uma proposta de acordo de cooperação técnica, que tem como objetivo disciplinar fluxo diferenciado para atendimentos relacionados à orientação jurídica nos Centros de Referência Especializados à População em Situação de Rua (Centros POP) da Capital.

Leia +

NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, DEFENSORA PÚBLICA PARTICIPA DO LANÇAMENTO DO RELATÓRIO AZUL

A defensora pública dirigente do Núcleo de Defesa em Direitos Humanos, Aline Palermo Guimarães, participou, no dia 16/03, do lançamento da edição 2019/2020 do Relatório Azul, publicação anual que procura oferecer um panorama das violações e garantias dos Direitos Humanos no RS e é promovida pela Comissão de Cidadania e Justiça da Assembleia Legislativa (CCDH). Os diferentes temas abordados a cada edição refletem a natureza do trabalho desenvolvido pela Comissão e permitem o monitoramento das políticas públicas específicas desenvolvidas no Estado, bem como o acompanhamento da evolução política e cultural da sociedade como um todo.

Leia +



EM REUNIÃO DO CONDEGE, DEFENSORIAS FIRMAM COMPROMISSO DE ADOTAR COTAS EM PROCESSOS SELETIVOS

As Defensorias Públicas Estaduais do Brasil assinaram documento, intitulado “Carta da Bahia”, que firmou o compromisso de implementar a política afirmativa de cotas para negros, indígenas e quilombolas em todos os concursos e processos seletivos institucionais da categoria. A assinatura aconteceu durante o 1º Seminário sobre Cotas Raciais nas Defensorias Públicas: por uma sociedade antirracista, realizado na Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia, em Salvador, como parte da programação da 59ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE), ocorrida nos dias 16 e 17 de fevereiro.

Leia +

Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos - NUDDH -

Dirigente Cristiane Chitolina Friedrich

Texto elaborado por Adrian Abi Tapada – Analista Processual

Projeto Gráfico e Diagramação: Ascom - DPE/RS